

EDITORIAL

A Rede de Gestores de Política Pública de Economia Solidária traz na 4ª edição de seu Boletim Eletrônico notícias de norte a sul do país. Mais um encontro de gestores foi realizado, dessa vez em Santa Catarina, fortalecendo a integração entre os gestores e as políticas de economia solidária executadas no estado. No Paraná, o incentivo à agricultura familiar e uma iniciativa exitosa de ocupação de terrenos baldios para horta urbana nos oferece inspiração e criatividade para a aplicação da economia solidária, assim como o foco no desenvolvimento local em um projeto no estado de São Paulo e as novas parcerias na Bahia, que executam a política pública de economia solidária de maneira transversal com outras políticas. No Pará, dois eventos nos

mostram a força da região Norte, mobilizando catadores de todos os estados da região e no debate sobre agricultura familiar. Temos, ainda, um relato da SENAES sobre o Fórum Social Mundial 2016 e o posicionamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária sobre o momento delicado em que se encontra a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Uma novidade é que, a partir desta edição, contaremos com a participação de universidades e institutos federais de todo o país vinculados à Rede Unitrabalho, na perspectiva de aproximar o trabalho que é realizado pelas incubadoras de apoio e fomento à economia solidária e a gestão pública.

Boa leitura!

SANTA CATARINA REALIZA ENCONTRO DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

No dia 14 de dezembro de 2015, aconteceu o Encontro de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária de Santa Catarina, na sede da Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação, em Florianópolis. Estiveram presentes representantes dos municípios de Balneário Camboriú, Blumenau, Florianópolis, Imaruí, Itajaí, Joinville e Palhoça, sendo gestores de políticas públicas municipais, representantes do governo federal, do governo estadual, do Fórum Catarinense de Economia Solidária, de empreendimentos econômicos solidários, de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e da Unitrabalho. O Encontro, organizado pela Rede de Gestores, Fundação Unitrabalho e pelo Governo de Estado, iniciou com a mesa de abertura com a presença do representante da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação do Governo do estado de Santa Catarina, Edilson Godinho, com o Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina/MTPS, Vânio dos Santos, com o representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Valmor Schiochet, com a representante da Fundação Unitrabalho, Patricia Guarany, e com o representante do Fórum Catarinense de Economia Solidária, Gelson Nezi. Na sequência, tivemos uma mesa de debate sobre a Política de Economia Solidária em Santa Catarina, na qual os e as participantes puderam pontuar

Lisielen Miranda Goulart

Coordenadora do Serviço de Incentivo às Organizações Produtivas
Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Joinville/SC



Mesa de debate sobre políticas públicas de economia solidária de Santa Catarina: Rede de Gestores, Fórum Catarinense de Economia Solidária, Governo do Estado de Santa Catarina e Secretaria Nacional de Economia Solidária
Foto: Equipe Unitrabalho.

quais os principais desafios colocados para a economia solidária no estado.

No período vespertino, houve uma rodada de troca de experiências e discussões das ações de cada município, momento de grande aprendizado que possibilitou a comunicação entre os representantes e o estreitamento de vínculos para trocas posteriores.

Ficou evidente a necessidade de maior articulação entre os municípios para que a política de economia solidária se consolide de fato. É preciso que haja uma maior compreensão dos gestores de políticas públicas da importância da economia solidária no fortalecimento da economia na sociedade. Só assim será possível garantir a continuidade das ações desenvolvidas.

HORTA URBANA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Max Emerson Rickli

Professor da Universidade Estadual de Maringá e coordenador da IEES/CAU/UEM

Ronaldo José Moreira

Delegado Estadual do Fórum Paranaense de Economia Solidária, técnico da IEES/CAU/UEM

Thiago Casoni

Bolsista DTI-B CNPq da IEES/CAU/UEM

A Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Estadual de Maringá, Campus de Umuarama-PR (IEES/CAU/UEM), filiada à Rede Unitrabalho, tem desenvolvido diversos projetos. Um deles é o Empreendimento Familiar de Horta Urbana na cidade de Umuarama, que tem dado o que falar! Desde o momento em que a horta do Sr. Aparecido e da D. Matilde ganhou notoriedade, o tema tem gerado debate nas redes sociais. A área ocupada pela horta atualmente foi outrora um antigo terreno baldio, fato que coloca muitos a favor do aproveitamento desses espaços em área urbana para a plantação de hortas. A comercialização dos alimentos cultivados é realizada diretamente na horta ou na FAISCA¹ (Feira Agroecológica, Inclusão Social Cultura e Artes), que acontece todos os sábados, das 16h às 21h, no Espaço do produtor, em frente ao SESC. Nesse contexto, a função da incubadora é orientar sobre controle biológico de pragas e ervas daninhas, compostagem e minhocário para produção de fertilizantes, para que o manejo da horta seja nos princípios da agroecologia, sistema de produção de alimentação saudável. O apoio ainda prevê análise do solo e a orientação da construção de uma composteira para processamento de resíduos gerados na própria horta.

O empreendimento tem prosperado, trazendo outras consequências positivas para além da própria comercialização. Essa ação trouxe à tona a existência da Lei nº 2039/1997, que institui o programa de uso e aproveitamento de lotes baldios não utilizados do município de Umuarama. O presidente da Câmara de Vereadores, autor da lei, Marcelo D.

Nelli, afirmou que a lei nunca saiu do papel e solicitou discutir uma alteração na legislação a fim de colocar em prática um programa que possa dar uma nova ocupação para terrenos baldios urbanos, transformando o ambiente e melhorando a qualidade de vida com a oferta de alimentos frescos.

Com as devidas alterações, há uma perspectiva de estabelecimento de convênio entre o Poder Público local e a Universidade Estadual de Maringá, por meio da IEES/CAU/UEM, para ampliar e expandir hortas urbanas como política pública de geração de trabalho e renda, para inclusão de trabalhadores e trabalhadoras, e para contribuir com a segurança alimentar no município.

¹ A FAISCA é, também, um empreendimento da IEES/CAU/UEM, resultado de quase 10 anos de atividade, apoiado pelo PRONINC e ultimamente pelo convênio SENAES/CNPq, chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq N° 89/2013 Processo CNPq: 420040/2013-7. Mais informações sobre a FAISCA: <https://www.facebook.com/Feira-Agroecol%C3%B3gica-de-Inclus%C3%A3o-Social-Cultura-e-Artes-de-Umuarama-451045331762755/>.



Horta urbana do Sr. Aparecido e D. Matilde, que recebem assessoria técnica da equipe da IEES/CAU/UEM. Foto: Max Emerson Rickli.

PARÁ REALIZA EVENTO SOBRE MERCADO DE ALIMENTOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Armando Lírio Souza

Professor da Universidade Federal do Pará
Coordenador do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento,
Dinâmica do Trabalho e Gestão Territorial na Amazônia Oriental
lirio@ufpa.br

O Município de Cametá-PA recebeu, entre o período de 27 a 29 de janeiro de 2016, o **III Colóquio Mercado Institucional de Alimentos e o I Seminário de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários do Estado do Pará**. As atividades foram realizadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários, da Rede Unitrabalho, no Campus Universitário do Tocantins, com o apoio das Faculdades de Ciências Econômicas, Nutrição, Engenharia de Alimentos e Faculdade de Educação do Campo da Região Tocantina, da As-

sociação de Apoio às Comunidades Carentes e da Casa Familiar Rural de Cametá. Além da articulação e mobilização junto aos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Empreendimentos Econômicos Solidários, entidades de Apoio/Fomento, Colegiados de Desenvolvimento Territorial Rural, e Secretarias Municipais de Agricultura dos Municípios de Acará, Abaetetuba, Barcarena e Cametá. O objetivo central foi a apresentação do Projeto de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários no Estado do Pará/MCTI/CNPq/MTE/SENAES e do Projeto As-

sessoria Técnica para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais voltados para o Mercado Institucional de Alimentos do Território da Cidadania do Baixo Tocantins/Edital PROE-XT/MEC-2016. Ao longo da jornada, houve a construção de uma agenda em articulação com lideranças do movimento social do campo e da cidade, educadores e educadoras do campo, grupos de pesquisa e extensão universitária, instituições de ensino superior, gestores públicos e gestores de organizações não governamentais do território do Baixo Tocantins, com o intuito de planejar ações integradas junto aos demais grupos para desenvolver a metodologia de incubação e pesquisa.

Os principais temas em debate foram: avanços e potencial do mercado institucional de alimentos, extensão universitária inovadora, metodologia de incubação, panorama do acesso, institucionalidades e a realidade operacional na prática dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA), e de Alimentação Escolar (PNAE), diálogo no âmbito técnico produtivo sobre as boas práticas e manipulação de alimentos, atividades voltadas ao planejamento integrado e participativo de ações no território. Na oportunidade, os EES apresentaram as experiências com o PAA, PNAE e a organização de feiras de produtos da agricultura familiar. Destacaram-se as experiências da Associação de Mulheres do Ajó, Cooperativa Agroindustrial e Extrativista das Mulheres

do Município de Cametá e a Cooperativa da Colônia de Pescadores de Cametá.

Como reflexão e resultado, as atividades encaminharam agendas integradas, reforço da importância e necessidade real de articulação entre os programas, projetos, políticas públicas, instituições e redes que atuam no território do Baixo Tocantins, com o intuito de fortalecimento da construção do conhecimento e transformação social, em prol do desenvolvimento territorial rural e suas instituições.



Mesa de Abertura Seminário de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários do Estado do Pará. Foto: Programa Integrado Mercado Institucional de Alimentos, 2006.

RIO CLARO/SP FINALIZA ALGUMAS AÇÕES DO PROJETO “RIO CLARO SOLIDÁRIA—CONSTRUINDO COLETIVOS SOLIDÁRIOS E INTEGRANDO OS TERRITÓRIOS”

Marta Ceccato

Diretora de Gestão de Programas Complementares
Secretaria Municipal de Assistência Social
marta.ceccato@acaosocial.rc.sp.gov.br

As ações de mobilização e sensibilização em economia solidária do Projeto (Convênio MTE/SENAES N° 771201/2012. SICONV: 055700/2011. Execução: empresa ECOSBIO Ambiente Sócio-Educacional EIRELI—EPP) foram desenvolvidas junto aos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social), tendo como público principal as pessoas beneficiárias dos programas federais de transferência de renda. As ações incluem palestras, gincanas, feiras solidárias, seminários de formação e feiras de trocas.

O diagnóstico das potencialidades locais, com enfoque no desenvolvimento local, mapeou mais de 500 pessoas nos territórios, representantes das cadeias produtivas da alimentação, agricultura familiar, artesanato, confecção, cultura, beleza, construção civil e diaristas.

A Incubadora Pública Municipal em Economia Solidária de Rio Claro viabilizou a realização de várias oficinas de formação em economia solidária, plano de negócios, contabilidade e marketing. Com a Incubadora Pública Descentralizada, localizada em um território de grande vulnerabilidade, foi possível atender especialmente a cadeia da beleza, dada as potencialidades do local.

Construtores Associados, Loucos por Pão, Colmeia Azul, Joias da Terra, Casa do Timbó, Beleza Band e outros foram alguns dos empreendimentos atendidos. O Projeto contribuiu para a formação e geração de trabalho e renda das pessoas mapeadas, facilitou o entendimento sobre o desenvolvimento local, além de promover o fortalecimento da política de economia solidária em nosso município.



Mobilização Território CRAS Terra Nova. Foto: Prefeitura Municipal de Rio Claro.

POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB AMEAÇA COM REESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

Lara Montenegro

Secretaria Executiva

Fórum Brasileiro de Economia Solidária

lara@fbes.org.br

Na III Conferência Nacional de Economia Solidária realizada no final de 2014, a Presidenta Dilma Rousseff assumiu compromisso com o fortalecimento da Política Nacional de Economia Solidária como uma estratégia de desenvolvimento para o país. No entanto, com a proposta da reforma ministerial anunciada cerca de um ano depois, em 2 de outubro de 2015, foi determinado o encolhimento da estrutura de governo, com impacto principalmente sobre os ministérios que atuam com políticas sociais. Nesse cenário, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) deve tornar-se uma subsecretaria vinculada à nova Secretaria Especial do Trabalho, no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Seu orçamento, que vem sofrendo sucessivos cortes nos últimos anos, deve ser reduzido ainda mais, e há riscos de a Secretaria perder sua autonomia de gestão. A Medida Provisória 696/2015, que estabelece a reforma administrativa, deve ser votada ainda em março e será um momento decisivo para a definição da nova conjuntura.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), com as organizações e empreendimentos ligados a ele, tem atuado enfaticamente no sentido de defender a SENAES e o avanço da Economia Solidária no país. Dentre as diversas ações nessa direção estão a organização de mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente em torno de 3 mil empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos esta-

duais e 200 municípios pela Rede de Gestores. Entre as últimas iniciativas realizadas, no último Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre de 19 a 23 de janeiro deste ano, o FBES iniciou uma campanha de mobilização contra a extinção da SENAES, divulgando uma carta aberta à presidenta Dilma Rousseff e ao atual Ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, na qual defende a continuidade da SENAES e se colocando à disposição para dialogar e pensar coletivamente estratégias que garantam a continuidade e fortalecimento da Política Nacional de Economia Solidária. A SENAES é resultado de um processo de diálogo e conquistas do movimento de economia solidária, e sua queda não é apenas estrutural, mas também política e simbólica. Por outro lado, o momento de crise é também de discernimento e ousadia para ações prioritárias que podem orientar o avanço da democracia participativa baseada em outro tipo de desenvolvimento. O papel da Rede de Gestores é fundamental nesse cenário, reafirmando a perspectiva da economia solidária como uma agenda positiva frente à crise econômica e como caminho para um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Não podemos perder ou reduzir a SENAES nem em sua denominação, nem em sua estrutura e nem na agilidade que tem tido em avançar e consolidar ações estruturantes em todos os estados brasileiros.

Isso não pode acontecer!

A UNIVERSIDADE E PODER PÚBLICO SE UNEM PELA MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Equipe Núcleo Incubadora Unitrabalho/Universidade Estadual de Maringá (UEM)

<http://www.unitrabalho.uem.br/>

A Incubadora Unitrabalho/UEM, associada à Rede Unitrabalho, tem atuado assessorando uma diversidade de empreendimentos econômicos solidários (EES). Alguns deles possuem parcerias ou apoio do Poder Público com a Emater – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Estado, com a Prefeitura Municipal de Maringá ou com o Governo Federal via Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ambos os Programas do Governo Federal têm sido importantes na manutenção de famílias na área rural. Um dos empreendimentos assessorados é a Cooperatvama, com sede em Poema/PR, a qual trabalha com a produção de frutas orgânicas certificadas e que participa do PAA. A produtora e presidente Lucy Gularte, considera tais programas um incentivo para se manterem em seus locais de moradia: “O PAA e PNAE garantiram renda para nossas famílias se manterem no campo”.

Além da assessoria a EES, a equipe da incubadora participou e palestrou no I e II Colóquio de Desenvolvimento Territorial e Mercado Institucional de Alimentos, em Belém-PA/2014 e Satarém-PA/2015 e planeja realizar o III Colóquio na UEM, em Maringá –PR. Participou, também, do IV

Seminário de Desenvolvimento Territorial e Mercado Institucional de Alimentos no Baixo Tocantins, Belém-PA, em 2014. Neste processo, estabeleceu parcerias com a UFPA e UNEMAT, a fim de trocar experiências sobre PAA/PNAE, economia solidária, pesquisa e extensão.

Programas como o PAA e o PNAE são meios de incentivo à renda de empreendimentos econômicos solidários, sendo uma relevante fonte de renda para os cooperados e fomento para a agricultura familiar.



Técnicos da Incubadora Unitrabalho – UEM e da Emater acompanham de perto os agricultores familiares – do plantio à venda.
Fonte: Arquivo da Incubadora Unitrabalho.

DIÁLOGO NECESSÁRIO “SOCIEDADE & POLÍTICAS PÚBLICAS” A PARTIR DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, EM PORTO ALEGRE/RS

Regilane Fernandes da Silva

Coordenadora de Promoção e Divulgação
Secretaria Nacional de Economia Solidária
Ministério do Trabalho e Previdência Social

Quinze anos após o 1º Fórum Social Mundial (FSM), Porto Alegre fez-se novamente lugar de convergência para os debates, construções e articulações de movimentos sociais de todo o mundo. Entre os dias 19 e 23 de janeiro deste ano, a capital gaúcha recebeu o **Fórum Social Mundial 2016 – 15 anos**, também chamado “FSM Temático”. O evento teve como tema gerador “**Balanco, Desafios e Perspectivas na Luta por Outro Mundo Possível**”, no intuito de fazer desta edição um espaço de análise crítica da trajetória, tendências e possibilidades para o FSM da forma como o mesmo se propõe: “espaço de aprofundamento da reflexão e articulação democrática de um Outro Mundo Possível”.

De acordo com a Brigada Militar de Porto Alegre, a Marcha de Abertura contou com cerca de 10 mil pessoas, entre autoridades políticas e lideranças dos movimentos sociais de várias partes do mundo, na qual destacamos a presença do Ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto. A agenda do FSM foi composta por inúmeras atividades autogestionárias, com temas e composições diversas a partir das várias frentes de luta presentes no Fórum, além de contar com as chamadas Mesas de Convergência, que foram espaços concentradores dos participantes em torno de grandes temas aglutinadores das lutas sociais mundiais. **A Mesa de Convergência “Economia solidária e democracia econômica”**, realizada na tarde do dia 21 de janeiro, reuniu o Secretário Nacional de Economia Solidária Prof. Paul Singer e o Prof. da Universidade de Coimbra, Boaventura de Sousa Santos, dois grandes intelectuais e referências internacionais sobre o tema, além de contar com a presença da deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) e de lideranças do movimento de economia solidária brasileira. No geral, os debates dessa mesa pautaram a crise econômica do capitalismo mundial e a economia solidária em suas perspectivas, desafios e possibilidades de se consolidar como caminho estratégico para a construção do desenvolvimento em bases sustentáveis. Apesar dos ricos debates ali desenvolvidos, um ponto alto do momento certamente foi a manifestação coletiva de ativistas e militantes da economia solidária do mundo em defesa da manutenção da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Previdência Social, em função do processo de reforma ministerial em curso, desencadeado pelo governo federal no final de 2015.



Marcha de Abertura do Fórum Social Mundial.
Foto: Acervo da Coordenação Nacional do Fórum Social Mundial.

Das reflexões gerais de balanço do Fórum, as provocações de Boaventura de Sousa Santos traduziram os aprendizados ao longo desses 15 anos, especialmente no que se refere à necessidade de o FSM se reinventar para além de um espaço de articulação, assumindo-se também como espaço de grandes pactuações entre os movimentos sociais, posicionando-se efetivamente em temas que afetam os povos de todo o mundo.

Apesar de ser espaço eminentemente dos movimentos sociais, houve neste FSM Temático 2016 importante envolvimento e contribuições de gestores de diversas áreas de políticas públicas e esferas de governo, possibilitando a soma de novos olhares nos balanços realizados, bem como nas reflexões temáticas em torno de questões como desenvolvimento sustentável, participação social, educação popular, políticas públicas, entre outros.

Nesse sentido, representantes da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (Rede de Gestores) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SE-NAES/SET/MTPS), bem como de vários outros órgãos e Ministérios do Governo Federal, dentre eles a Secretaria de Governo, o Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério da Cultura se fizeram presentes durante toda a intensa semana de realização do Fórum, que encerrou com uma grande Plenária dos Movimentos Sociais, na qual ocorreu a aprovação da Carta de Compromissos do Fórum Social Mundial Temático 2016. Certamente, o conjunto de reflexões desse FSM Temático será matéria-prima fundamental para a construção do grande Fórum Social Mundial, previsto para agosto deste ano em Montreal, Canadá, e a Economia Solidária estará presente!

HORIZONTES AMPLOS PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – ALGUMAS REFLEXÕES DA BAHIA

Tatiana Araújo Reis

Coordenadora I de Formação e Divulgação da Superintendência de Economia Solidária

André Ferreira

Coordenador II de Formação e Divulgação da Superintendência de Economia Solidária

Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia

A economia solidária (ecosol) representa uma forma de produção, distribuição, consumo e crédito realizada de forma coletiva e autogestionária que tem se configurado cada vez mais como um importante instrumento para a geração de oportunidades de inserção social e econômica pela via do trabalho. No Brasil, são milhares de empreendimentos econômicos solidários que assumem diferentes formatos, oriundos de diversos segmentos, tais como agricultura familiar, reciclagem, artesanato, alimentação, finanças solidárias e setores em situação de fragilidade social, entre outros.

Apesar das experiências concretas em curso e de todo o potencial emancipador apresentado por essas práticas, ainda há um longo caminho a percorrer para o alcance da sustentabilidade dos empreendimentos solidários. Nesse panorama, é fundamental a execução de uma política pública de fomento à ecosol, para que esta se configure enquanto estratégia e política de desenvolvimento para além das ações setoriais específicas. Assim, é necessário o desenvolvimento de ações transversais com outros entes públicos, em diversas áreas temáticas, tais como educação, desenvolvimento econômico, saúde, assistência social, trabalho, infraestrutura, ciência e tecnologia, meio ambiente, habitação, vigilância sanitária, direitos humanos, cidadania, entre outros. As ações transversais e convergentes têm um grande potencial de alavancar e trazer a ambiência necessária para promoção da inclusão social pela via do trabalho decente no contexto da economia solidária.

Para exemplificar outras formas de se buscar o fortalecimento da ecosol em outros setores públicos, apresentamos a experiência da Superintendência de Economia Solidária da Bahia (Sesol) da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia (SETRE), que iniciou o ano de 2016 com mais um grande desafio: promover a transversalidade entre a política pública de economia solidária, a de ciência, tecnologia e inovação e a de promoção da igualdade racial em parceria com o Governo Federal. Esse desafio se dá não pela natureza da ação, uma vez que a Sesol já executou editais e projetos em parcerias com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, além do edital 01/2014 de apoio à economia solidária de matriz africana, que beneficiou

35 projetos e mais de 4 mil pessoas, com um valor total de R\$ 8 milhões, mas pela amplitude das ações e dos resultados esperados a partir delas.

A SETRE, por meio da Superintendência de Economia So-

lidária, assinou o convênio com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) com o objetivo de executar o projeto “Combate ao Racismo Institucional: a contribuição da economia solidária para a sensibilização de gestores públicos”. O projeto pretende realizar oficinas e outros processos de formação com cerca de 500 gestores municipais que atuam nos seguintes territórios do estado da Bahia: Metropolitano (50 gestores), Extremo Sul (30 gestores), Irecê (30 gestores), Bacia do Rio Grande (30 gestores), Itaparica (30 gestores), Piemonte Norte de Itapicuru (30 gestores), Médio Rio de Contas (30 gestores), Baixo Sul (30 gestores), Chapada Diamantina (30 gestores), Litoral Norte (30 gestores), Recôncavo (30 gestores), Sertão Produtivo (30 gestores), Sertão do São Francisco (30 gestores), Bacia do Jacuípe (30 gestores), Litoral Sul e Extremo Sul (30 gestores).

Outra ação importante para este ano é a execução do projeto aprovado junto ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, cujo objetivo é implantar a Rede Estadual de Centros Vocacionais Tecnológicos Territoriais de Economia Solidária e Desenvolvimento Local Sustentável, buscando o fortalecimento do trabalho livremente associado, sob a lógica da ecosol e do desenvolvimento local sustentável. A rede buscará avançar nos elos das cadeias produtivas, melhorar a qualidade de produtos, promover formação de gestores(as) e trabalhadores(as), além de disseminar a cultura da inovação e do desenvolvimento de tecnologias sociais, na perspectiva da inclusão pela via do trabalho decente. Assim, a Bahia avança na captação de recursos e na ampliação de horizontes para a execução de uma política pública que busca se constituir como um direito aos trabalhadores da ecosol, de forma ampla e democrática, além de revelar as possibilidades dessa outra economia como instrumento de transformação para os mais diversos sujeitos sociais.

SECRETARIA DO
TRABALHO, EMPREGO,
RENDA E ESPORTE

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

III ENCONTRO DE CATADORES E CATADORAS DA AMAZÔNIA LEGAL (ECAL)

Márcia Maria Souza da Silva

Chefe do Departamento de Economia Solidária
Secretaria de Estado de Pequenos Negócios do Acre
mel_marcia@hotmail.com

Entre os dias 24 e 26 de fevereiro foi realizado o III Encontro de Catadores/as de Materiais Recicláveis da Amazônia Legal (ECAL) na cidade de Belém/PA. Esse evento marca um novo momento, no qual a Região Norte do país vem se organizando na busca pela articulação direta com o Governo Federal para um olhar diferenciado aos trabalhadores dessa região. O encontro contou com a presença de vários gestores estaduais, de procuradores do Ministério Público e do Trabalho da região e dos catadores do Pará e dos demais estados.

O III ECAL foi realizado no município de Belém, por ser o local onde se encontra o maior lixão da Amazônia. Essa foi uma maneira estratégica de provocar discussões em torno das responsabilidades das prefeituras quanto a gestão dos resíduos sólidos e a inclusão social e econômica dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Entre muitos debates, discutimos sobre a adequação da Lei Federal nº 12.305/10, que exige mudanças culturais da população e dos gestores públicos, bem como dos gerenciadores dos resíduos. As dificuldades que os catadores têm para dar respostas rápidas na complexidade dos serviços executados por eles também foi tema de debate, assim como a busca por uma estratégia de mobilização dos catadores que ainda estão em situação de lixão e os que ainda atuam informalmente na Amazônia Legal.

Fortalecemos o diálogo da Rede de Catadores e incluímos associações/cooperativas na gestão dos resíduos sólidos para a tratativa da contratação dos empreendimentos como prestadores de serviços na coleta seletiva

e mobilização social, como também traçamos estratégias para a comercialização desses resíduos recicláveis.

Nosso estado, o Acre, teve dois representantes dos catadores, um do ACRESOQUI (Associação de Trabalhadores em Reciclagem de Resíduos Sólidos do Quinari) e um do CATAR (Cooperativa dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis de Rio Branco), que são beneficiários do convênio 014/2007.

Esse III ECAL foi uma oportunidade de dialogarmos acerca da realidade da Amazônia Legal brasileira e os desafios da região para implementar a PNRS, incluindo os(as) catadores(as) no debate. Este foi um importante momento para nós, gestores, buscarmos alternativas e oportunidades junto aos demais trabalhadores para garantir que possamos estar em conformidade com o PNRS. Também se configurou como espaço de entrega de respostas das chamadas apresentadas pelos(as) catadores(as) na carta que traz seus anseios à luz da realidade por eles vivida nos nove estados da Amazônia Legal.



Mesa de abertura do III ECAL.
Fonte: Governo do Estado do Acre.



Secretaria Executiva da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Av. Luís Viana Filho, 2ª Avenida, Plataforma III, nº200, CAB, Salvador-BA, CEP 41745-003 - Tel.: (71) 3115-9945.
E-mail: redesgestores@yahoo.com.br

Este Boletim é da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, ou seja, é seu também. Colabore enviando notícias de seu município ou estado para gestores@unitrabalho.org.br.